

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI

PREGÃO ELETRÔNICO 005/2019. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Buriti, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/2002 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação dos Serviços de Animação e Promoção do São João 2019 no município de Buriti/MA, no dia 14 de Junho de 2019, às 14:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo presidida pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça Coronel Felinto Farias, s/n, Centro, Buriti-MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras Públicas - endereço <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs. Buriti-MA, 29 de Maio de 2019. Ravel do Nascimento Reis - Pregoeiro Municipal.



Edital de convocação

Folha nº 01
BIÊNIO
2018/2020

EMITENTE: AABEM PRESIDÊNCIA
Destinatário (a): ASSOCIADOS FUNDADORES-EFETIVOS CONTRIBUINTES

Edital de convocação nº 001/2018

São Luís - MA, 16 de junho de 2018

Edital de Convocação

A Diretoria Executiva da AABEM, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista a falta de quórum na Assembleia Geral para a eleição do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, Biênio 2018/2020, tanto na convocação do dia 03 de junho de 2018, como na convocação do dia 10 de junho de 2018, resolve:

Convocar todos os associados da Associação Atética Banco de Estado do Maranhão - AABEM, para nova Assembleia Geral, Sábado dia 04 de agosto de 2018, na SÍDE da AABEM, para eleição do Conselho Deliberativo e Fiscal, sendo a primeira Convocação para às 10h (dez horas) e a segunda e última chamada às 10:30h (dez e meia), sendo esta com qualquer número de associados presentes.

Augusto César de Moraes Silgado

Diretoria Executiva
Presidente
Termo Posse Reg. 60885 - Cartório de Registro Civil

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPEMAS
ERRATAS

ERRATA. Na publicação feita no dia 26 e 27 de maio de 2019 no Jornal Extra, pag. 7, AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2019, ONDE SE LÊ: "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019". LEIA-SE "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019". Raimundo Nonato dos Santos Braga, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPEMAS
ERRATAS

ERRATA. Na publicação feita no dia 26 e 27 de maio de 2019 no Jornal Extra, pag. 7, AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2019, ONDE SE LÊ: "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019". LEIA-SE "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019". Raimundo Nonato dos Santos Braga, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPEMAS
ERRATAS

ERRATA. Na publicação feita no dia 26 e 27 de maio de 2019 no Jornal Extra, pag. 7, AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2019, ONDE SE LÊ: "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019". LEIA-SE "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019". Raimundo Nonato dos Santos Braga, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPEMAS
ERRATAS

ERRATA. Na publicação feita no dia 26 e 27 de maio de 2019 no Jornal Extra, pag. 7, AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2019, ONDE SE LÊ: "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019". LEIA-SE "AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019". Raimundo Nonato dos Santos Braga, Pregoeiro.

Extra

FUNDADORES
Nelson Nogueira | Walkir Marinho

FERNANDA COMUNICAÇÃO
CNPJ: 28.005.265/0001-00
JNN GOMES EIRELI
CNPJ: 19.678.000/0001-73

Diretor Administrativo..... Maria Deusilane
Diretor de Redação..... Nelson Nogueira
Diretor Comercial..... Jorge Raioli
Gerente Gráfico..... José Carlos
Departamento Jurídico..... Dr. Donaldson Castro
Emanoel Viana

Rua Henrique Leal, 295 - Centro - São Luís - Maranhão
FONES: (98) 3221-6649 / 98 98525-5974 / 98 988916725

Política

NELSON NOGUEIRA



ENTÃO TÁ!

Senado aprova projeto que proíbe indicação de políticos em estatais

O Senado aprovou nesta quarta-feira (29) um projeto que institui um marco legal das agências reguladoras.

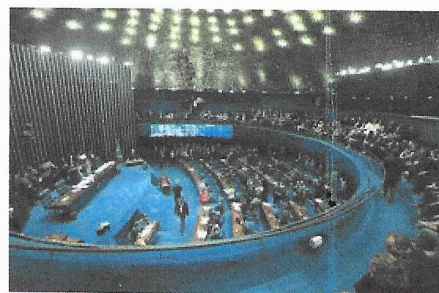
Agências reguladoras são órgãos que exercem fiscalização, regulamentação e controle de determinados produtos e serviços de interesse público, como Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A proposta, que teve origem no Senado, seguirá agora para sanção do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Defensores da proposta dizem que o texto pode ajudar a atrair novos investimentos para o país porque, segundo eles, deve conferir segurança jurídica aos concessionários e permissionários de serviços públicos.

"Vamos dar autonomia financeira e administrativa para as agências para que elas não fiquem mendigando junto aos ministérios e possam ir direto pedir, em alguns casos, recursos e autorização do Planejamento", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

"Em paralelo a isso, [o projeto prevê] o aprimoramento



PLENÁRIO DO SENADO, EM BRASÍLIA

do processo decisório, e transparência, eficiência e agilidade", afirmou a parlamentar.

NOMEAÇÃO DE POLÍTICOS
Os senadores retiraram trechos polêmicos incluídos pela Câmara que alteravam a Lei Geral das Estatais e, na prática, possibilitariam a nomeação de políticos e seus parentes para cargos de direção em empresas estatais.

Outro trecho que seria revogado estende a vedação para parentes de políticos.

"Essa modificação, na prática, possibilitaria a nomeação de políticos e seus parentes para cargos de direção em empresas estatais - o que, infelizmente, é objeto de numerosas investigações de combate à corrupção.

Apróvar essa possibilidade significaria grande retrocesso ao regime jurídico das empresas estatais, que sequer é objeto original do projeto", afirmou o relator da proposta Márcio Bitar (MDB-AC).

Esses trechos controversos não foram aprovados pelos senadores.

COMPLIANCE
Os senadores mantiveram no texto um trecho que prevê a exigência de criação de programas de integridade nas agências reguladoras. O objetivo é prevenir atos de corrupção.

Essa modalidade, conhecida como compliance, já é adotada em diversas empresas privadas.

O texto aprovado nesta quarta também estabelece regras para duração e perdas de mandatos nas agências.

Diretoria
A proposta proíbe a recondução aos cargos de dirigentes de agências reguladoras. O texto, contudo, abre a possibilidade de recondução daqueles que ainda não tenham sido reconduzidos e já se encontram no exercício dos cargos.

Cabe ao presidente da República indicar diretores de agências reguladoras e, ao Senado, confirmar as indicações.

de pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral".

Outro trecho que seria revogado estende a vedação para parentes de políticos.

"Essa modificação, na prática, possibilitaria a nomeação de políticos e seus parentes para cargos de direção em empresas estatais - o que, infelizmente, é objeto de numerosas investigações de combate à corrupção.

Apróvar essa possibilidade sig-

OAB dá 15 dias para governo nomear concursados da PM no MA

A Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA) deu 15 dias para que mais de 1700 soldados concursados sejam nomeados na polícia militar pelo Governo Estadual. O prazo é para que a situação seja resolvida administrativamente.

Caso não haja cumprimento, a OAB promete ingressar com uma Ação Civil Pública em favor dos concursados.

"O que tiver que acontecer vai ser feito dentro desses 15 dias. Se não chegarmos ao

resultado concreto, no 16º dia ajuizaremos a ação" afirmou o procurador João Bispo Serejo.

concurso para novos policiais militares foi realizado em 2017. Quem fez o concurso precisou se submeter a um curso de formação realizado em tempo integral. Muitos alegam que precisaram deixar o emprego para a dedicação exclusiva ao curso e não conseguiram voltar ao mercado de trabalho.

No total, mais de 3 mil soldados foram capacitados, mas,

até o momento, aproximadamente 1300 foram efetivados na função. Durante esse tempo, os que aguardam nomeação já fizeram manifestações e acamparam em frente ao Palácio dos Leões, mas não houve avanço.

Nesta segunda-feira (27), uma audiência pública realizada na OAB-MA discutiu formas da entidade atuar em favor dos soldados não-nomeados. O deputado estadual Adriano Sarney (PV) apresentou um

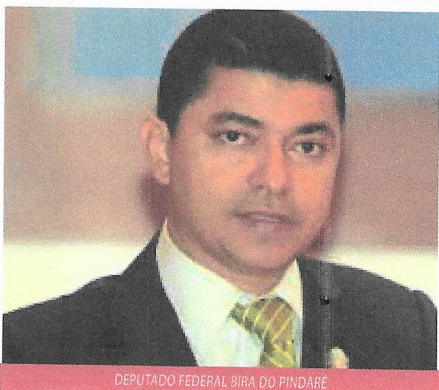
abaixo-assinado com mais de 10 mil assinaturas colhidas por uma petição pública para pressionar o governo a realizar as nomeações.

"Estamos trazendo esse abaixo-assinado aqui para a OAB para fazer parte da peça que será elaborada pela OAB para forçar o governo do estado a chamar esses concursados. Sabemos a necessidade de aumentar a força policial, de diminuir a violência no nosso estado", declarou o deputado.

OAB dá 15 dias para governo nomear concursados da PM no MA

Na Comissão de Educação desta quarta-feira (29), o deputado federal Bira do Pindaré (PSB) repudiou a tentativa de repressão do governo e defendeu a liberdade de expressão nas universidades. A fala do parlamentar foi durante a apreciação do requerimento de convocação do ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, para prestar esclarecimentos sobre a solicitação que este fez ao Supremo Tribunal Federal (STF) para usar operações policiais para dentro das universidades.

Para ele, o objetivo não é a segurança, mas coibir os pensamentos ideológicos e debates críticos. O que, destacou, representa verdadeiro atentado contra a democracia, a liberdade de expressão e a autonomia universitária, sobretudo quan-



DEPUTADO FEDERAL BIRA DO PINDARÉ

do observada as declarações do ministro.

"Nós estamos na Comissão de Educação, diante de uma

guerra deflagrada contra as universidades brasileiras, e quando se falou em polícia nas universidades, alguém podia até ter

pensar que era para proteger o patrimônio, mas as declarações dos ministros são explícitas. É para controlar a militância de professores e, certamente, de estudantes. Não podemos admitir um retrocesso desses", sublinhou.

Bira disse que é inaceitável uma prática como essa prevalença no Brasil e que é preciso conter essa sanha porque tem claro viés ideológico. "Por isso que entendo que a convocação desse senhor, que hora ocupa o lugar de ministro da advocacia-geral da União, tem que ser uma decisão imediata. É preciso garantir a presença imediata dele nesta Casa para prestar os devidos esclarecimentos e dê explicações ao povo brasileiro e, de maneira especial, à toda comunidade universitária", concluiu.

